

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO – CAMPUS PIRITUBA
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Brasil na Nova Ordem Mundial Multipolar: Política Externa, Autonomia Estratégica e Projeções até 2050

Brazil in; the New Multipolar World Order: Foreign Policy, Strategic Autonomy, and Projections through 2050

Ana Cláudia Montania Gomes Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Pirituba Curso de Tecnologia em Gestão Pública
ana.montania@aluno.ifsp.edu.br

Dayane Rocha de Souza Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Pirituba Curso de Tecnologia em Gestão Pública
dayane.r@aluno.ifsp.edu.br

Larissa de Oliveira Ignacio Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Pirituba Curso de Tecnologia em Gestão Pública
i.larissa@aluno.ifsp.edu.br

Orientador: Prof. Wilian Ramalho Feitosa IFSP Campus Pirituba – Doutor em Administração pela EAESP FGV wilian.feitosa@ifsp.edu.br

Resumo

O presente trabalho se propõe a investigar como o Brasil tem ajustado sua estratégia no cenário mundial, que antes era dominado pelos Estados Unidos. A análise central reside na ascensão de países como a Rússia e a China, e no impulso de blocos como os BRICS, que promovem a união econômica e o desenvolvimento compartilhado. O estudo explora a maneira como o Brasil organiza suas ações no país para alinhá-las com suas metas no exterior, levando em conta os problemas relacionados à integração regional, à globalização e ao seu inverso. A pesquisa pondera os obstáculos que o país enfrenta, tanto em casa quanto lá fora, e o impacto desses desafios em sua atuação no mundo. A análise aborda o crescimento dos BRICS, a participação brasileira em eventos globais, as dificuldades em manter a proeminência na região, as relações entre governos democráticos e autoritários, e as projeções de futuro até 2050. Se o Brasil adaptar sua

política externa a uma perspectiva de longo prazo, poderá se destacar na nova configuração global. Isso requer fortalecer sua independência, melhorar suas instituições e cultivar boas relações com os países vizinhos.

Palavras-chave: Nova ordem mundial; Política externa brasileira; BRICS; Multipolaridade; Autonomia estratégica; Geopolítica.

Abstract

This paper aims to investigate how Brazil has adjusted its strategy on the global stage, previously dominated by the United States. The central analysis focuses on the rise of countries like Russia and China, and the momentum of blocs like the BRICS, which promote economic union and shared development. The study explores how Brazil organizes its domestic actions to align them with its international goals, taking into account issues related to regional integration, globalization, and its inverse. The research considers the obstacles the country faces, both at home and abroad, and the impact of these challenges on its global performance. The analysis addresses the growth of the BRICS, Brazil's participation in global events, the difficulties in maintaining prominence in the region, relations between democratic and authoritarian governments, and future projections up to 2050. If Brazil adapts its foreign policy to a long-term perspective, it can stand out in the new global landscape. This requires strengthening its independence, improving its institutions, and cultivating good relations with neighboring countries.

Keywords: New world order; Brazilian foreign policy; BRICS; Multipolarity; Strategic autonomy; Geopolitics.

1. INTRODUÇÃO

Por um longo período, a liderança dos Estados Unidos ditou as regras da ordem global. Contudo, nas últimas décadas, esse panorama tem se modificado bastante, com o sistema unipolar dando lugar a um mundo com vários polos de poder. Nesse novo cenário, países como China, Rússia e Índia ganham força e disputam espaço no mundo. As mudanças na economia global acontecem rapidamente, impulsionadas tanto por crises quanto pelo surgimento de novos grupos econômicos, a exemplo dos BRICS. A recente expansão

desse grupo questiona diretamente os princípios estabelecidos pela hegemonia liberal ocidental (Stuenkel, 2016; Hurrell, 2006).

Diante disso, o Brasil pode ocupar um lugar estratégico, tendo a chance de manter sua postura diplomática de autonomia e participação em diferentes fóruns ou escolher se juntar a novas alianças que desafiam a ordem que está surgindo. Ao longo da história, a política externa brasileira tem buscado um papel de destaque na região, mantendo-se neutra no cenário internacional, conciliando seus interesses econômicos com valores democráticos e defendendo uma gestão global mais justa. No entanto, essa postura enfrenta desafios externos, como os efeitos da desglobalização e o aumento da rivalidade entre as potências (Dugnani, 2018; Silva, 2025), além de questões internas, como a instabilidade política e mudanças no Itamaraty (Lima, 2013).

Este artigo analisa como o Brasil tem reformulado sua forma de atuar, ajustando sua política externa para se encaixar no novo mundo com múltiplos polos de poder. O foco está em sua participação nos BRICS+, nas relações com China, Rússia e Estados Unidos, e na criação de uma estratégia que priorize a segurança na internet, o cuidado com o meio ambiente e a independência tecnológica. A ideia principal é que o Brasil pode ter um papel importante no mundo nesse novo contexto, desde que adote uma visão de longo prazo que permita construir uma política externa coerente, alinhada e forte (IPEA, 2023).

A pesquisa será feita de forma qualitativa, com base em livros e documentos, usando autores importantes das Relações Internacionais, além de estudos recentes sobre geopolítica, segurança e economia mundial. O artigo vai apresentar uma visão teórica sobre a multipolaridade, uma análise da expansão dos BRICS, o papel do Brasil em fóruns internacionais e os desafios para sua posição estratégica na nova ordem mundial.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para entender a política externa brasileira em meio a uma nova ordem mundial emergente, é preciso uma abordagem teórica multidisciplinar que conecte conceitos de diversas correntes teóricas, visto que, estas, têm analisado a transição de uma ordem unipolar para uma configuração multipolar, cada uma proporcionando perspectivas diferentes para examinar o reposicionamento dos países no cenário internacional.

2.1. Realismo e a lógica da potência

O realismo e a lógica da potência são essenciais para entender a ascensão de uma nova ordem mundial, devido a que se dedicam a compreender a realidade por meio de estruturas lógicas e possibilidades. No âmbito filosófico, o realismo pode ser entendido como a condição que assegura a existência da realidade de forma independente da percepção humana (Santos, 2019). Desse modo, o realismo, uma corrente predominante nas Relações Internacionais, baseia-se na noção de que os Estados atuam de forma racional para maximizar seu poder e assegurar sua sobrevivência em um sistema anárquico (Mearsheimer, 2001). Em contraste, a lógica da potência se distingue por enfatizar não apenas o que é, mas também o que pode vir a ser, uma vez que envolve um estudo sistemático das capacidades e possibilidades inerentes a um sistema ou objeto (Moreira, 2017). O realismo e a lógica da potência promovem, em conjunto, uma visão mais ampla da realidade, que considera tanto os fatos existentes quanto suas possibilidades.

A criação de alianças como os BRICS, juntamente com a ascensão de potências como China e Rússia, é considerada uma resposta à hegemonia americana de longa data e à sua busca por um equilíbrio de poder. Nesse novo contexto, o Brasil se estabelece como uma potência regional em busca de expandir sua influência por meio de alianças estratégicas e inserção multilateral (Amorim, 2020; Paula, 2024).

2.2.Liberalismo e multilateralismo

O liberalismo, no campo das relações internacionais, acredita que os países podem e devem trabalhar juntos, principalmente através da ligação econômica e de organizações que juntam diversos países. Essa visão acredita que a paz e a segurança no mundo melhoram quando todos seguem as mesmas regras, fazem comércio livremente e conversam em organizações (Keohane; Nye, 2001).

A presença do Brasil em grupos como o G20, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e o BRICS+ mostra que o país sempre tentou criar um mundo mais justo. A liderança brasileira no G20, por exemplo, focou em tornar as decisões globais mais democráticas e em adicionar questões sociais, como bons empregos e igualdade, nas discussões econômicas entre os países (OPEB, 2024).

O multilateralismo, que se fortaleceu após a Segunda Guerra Mundial com a criação da ONU, enfrenta problemas hoje em dia, como a tendência de grandes países agirem sozinhos e a falta de progresso em grupos de decisão, como o Conselho de Segurança da

ONU. Mesmo assim, ele continua sendo muito importante para organizar o mundo (BRICS, 2024).

No entanto, ideias autoritárias desafiam essa forma de pensar liberal. O crescimento de governos que oprimem as pessoas e a repressão de movimentos democráticos em vários lugares do mundo questionam os valores da globalização. A democracia, nesse caso, é vista não só como uma forma de governo, mas como um valor que todos os países deveriam seguir (Held, 2004).

Em suma, liberalismo foca na cooperação entre países, a interdependência econômica e a importância das instituições multilaterais para fomentar a paz e a estabilidade. A participação do Brasil em fóruns como G20, ONU, CELAC e BRICS+ demonstra uma tradição diplomática focada no multilateralismo e na criação de uma ordem internacional mais justa (Sousa, 2008; Lima, 2013). Contudo, existem forças autoritárias que desafiam essa ideia, um exemplo é a luta pela democracia em países com regimes opressivos, essa visão também considera a democracia como um componente normativo da globalização.

2.3. Neoeurasianismo e crítica à hegemonia ocidental

A teoria neoeurasianista, liderada por Aleksandr Dugin, propõe um rompimento com o paradigma liberal ocidental, incentivando o desenvolvimento de polos civilizacionais distintos, a exemplo da Eurásia, liderada por Rússia e China (Dugin, 2012). Embora o Brasil não abrace integralmente essa visão, procura novas abordagens de gestão, dado que a crise do neoliberalismo está transformando a economia mundial; sua interação com esses países no âmbito dos BRICS explicita uma abertura a modelos de governança diversos, que desafiam a hegemonia ocidental na definição das normas internacionais

2.4. Economia política e desglobalização

A crise do neoliberalismo, caracterizada pela financiarização, pós-fordismo e reestruturação produtiva, tem levado a um processo de desglobalização e regionalização de cadeias econômicas (Martins, 2024; Silva, 2025). Como uma economia periférica com tendências agroexportadoras, o Brasil pode investir em tecnologia para aumentar sua produção agrícola, tendo em vista que ele se depara com o desafio de desenvolver uma política industrial que assegure autonomia estratégica e participação soberana na nova geoeconomia global (Silveira, Fernandes & Cocco, 2025).

2.5. Geopolítica latino-americana e autonomia estratégica

Desde de Therezinha de Castro (1997) até autores contemporâneos como Santos, Ribas e Góes (2025), a tradição geopolítica brasileira tem defendido a integração regional com meio para alcançar a autonomia estratégica. Para entender a inserção do Brasil dentro da nova ordem mundial, é fundamental considerar a sua atuação na América do Sul e sua liderança em iniciativas como a UNASUL e a CELAC. Além disso, a geopolítica possibilita a análise da relação de poder entre os territórios, aspectos como segurança cibernética, diplomacia ambiental e cultura organizacional das instituições governamentais (Gomes, 2024; Costa et al., 2024).

3. RESULTADOS

3.1.A Nova Ordem Mundial e a Expansão dos BRICS

A emergência de uma nova ordem global é caracterizada pela desintegração da hegemonia dos Estados Unidos e pelo surgimento de coalizões alternativas que desafiam os fundamentos do sistema liberal internacional. O grupo BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, se sobressai entre essas coalizões como um dos principais agentes da transição para um mundo multipolar. A recente ampliação do bloco, incluindo novos integrantes como Irã, Argentina, Egito e Emirados Árabes Unidos, fortalece seu objetivo de se estabelecer como um centro autônomo geoeconômico e geopolítico.

De acordo com Paula (2024), “a ampliação dos BRICS representa não apenas uma resposta à hegemonia dos Estados Unidos, mas também uma tentativa de reconfigurar as instituições internacionais a partir de uma lógica multipolar e inclusiva”¹. Essa expansão indica uma transformação significativa na atuação do bloco, que começa a incluir países com variados regimes políticos, estruturas econômicas e interesses estratégicos. Isso pode, por um lado, aumentar sua representatividade, mas, por outro, complicar sua coesão interna.

Nesse processo, o Brasil, enquanto membro fundador, exerce um papel ambíguo. Por um lado, procura consolidar sua posição de liderança na região e sua habilidade de intermediar entre o Sul Global e as potências emergentes. Em contrapartida, lida com desafios estruturais, como limitada capacidade industrial, instabilidade política e dependência de exportações de produtos primários. Hurrell (2006) apontam que “o Brasil oscila entre o protagonismo diplomático e a marginalização estratégica, especialmente

quando não consegue traduzir sua participação em ganhos concretos de poder e influência”².

Ademais, a aproximação entre Rússia e China — fortalecida na chamada “aliança sem limites” — tem causado tensões no BRICS, principalmente no que se refere à autonomia dos outros membros. Nesse cenário, o Brasil deve equilibrar sua postura entre a defesa de valores democráticos e a preservação de relações pragmáticas com regimes autoritários. Essa tensão se manifesta na recente política externa do Brasil, que tem adotado uma abordagem de “alinhamento seletivo”, visando manter sua flexibilidade diplomática sem se comprometer totalmente com nenhuma potência.

A expansão dos BRICS também afeta diretamente a governança econômica mundial. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), estabelecido pelo bloco, oferece uma opção ao sistema financeiro controlado pelo FMI e pelo Banco Mundial. A presença do Brasil no NDB é estratégica, porém ainda restrita no que diz respeito à influência nas decisões e à capacidade de financiamento. Amorim (2020) afirma que “o Brasil precisa transformar sua presença institucional em protagonismo político, o que exige visão estratégica e continuidade diplomática”³.

Por último, a participação do Brasil no BRICS deve ser avaliada considerando sua posição regional. A interação com nações sul-americanas, através da CELAC e da UNASUL, pode fortalecer sua posição no grupo e expandir sua habilidade de negociação. Nesse contexto, a integração regional não é somente uma meta geopolítica, mas um requisito para que o Brasil tenha um papel significativo na nova ordem mundial.

4. PROJETOS EXCLUDENTES E DILEMAS GEOPOLÍTICOS

4.1. BRICS e OCDE

A participação do Brasil em organizações como o BRICS e a OCDE revela uma tensão entre diferentes abordagens de governança global. Enquanto o BRICS busca um modelo alternativo de multilateralismo, centrando-se na cooperação entre países em desenvolvimento e na flexibilidade em normas, a OCDE simboliza uma abordagem ocidental que é mais rigorosa e institucionalizada em suas regras. Essa dualidade pode gerar:

- Desavenças de interesse e normas incompatíveis, principalmente em áreas como meio ambiente, comércio e propriedade intelectual.
- Pressões a nível internacional para que o Brasil defina sua lealdade estratégica, sendo convocado a optar entre o grupo BRICS (com ênfase na China e na Rússia) ou seguir os parâmetros da OCDE/União Europeia.

No âmbito ambiental, o Brasil trouxe ao BRICS uma agenda segmentada em prioridades como o enfrentamento da desertificação, a redução da poluição por plásticos, a gestão de resíduos, a preservação dos serviços ecossistêmicos e a promoção de uma liderança conjunta para ações climáticas, com 50 iniciativas planejadas até 2027. Embora essa proposta seja suficientemente audaciosa, pode se desviar dos requisitos que a OCDE e a União Europeia estipulam, que exigem um maior rigor nas regulações e compromissos obrigatórios.

4.2. União Europeia e Mercosul em Comparação com o BRICS

A interação entre a União Europeia e o Mercosul, principalmente após o acordo político assinado em 6 de dezembro de 2024, demonstra um esforço para fortalecer laços comerciais e normativos. O propósito do acordo é:

- Eliminação de obstáculos comerciais com ênfase em empresas de menor porte.
- Estabelecimento de estabilidade nas regulações, incluindo diretrizes sobre propriedade intelectual, segurança alimentar e concorrência.
- Fomento a valores comuns, como a proteção ao meio ambiente, direitos dos trabalhadores e práticas empresariais responsáveis.

Entretanto, essa colaboração pode ser contestada pelas políticas do BRICS, especialmente se houver:

- Um alinhamento excessivo com a Rússia ou a China, cujos modelos de desenvolvimento e governança diferem dos padrões europeus.
- O risco de comprometer o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, caso o bloco sul-americano adote posturas que contradigam os compromissos ambientais e comerciais exigidos pela União Europeia.

A União Europeia, por sua parte, mantém mais de 40 acordos comerciais com mais de 70 nações e regiões, consolidando sua posição como um ator global regulador e um parceiro estratégico para o Mercosul. No setor ambiental, a União Europeia é pioneira com o Plano de Ação de Emergência para 2030, que busca uma economia neutra em carbono e uso eficiente dos recursos, estabelecendo metas também para 2040 e 2050. O Mercosul, através do SGT N° 6, procura assegurar a proteção ambiental entre seus Estados membros.

Diante desse contexto, é crucial que o Brasil e os outros países do Mercosul mantenham uma diplomacia estratégica para harmonizar interesses entre os blocos e prevenir desavenças que possam ameaçar acordos comerciais e ambientais a longo prazo.

5. DISCUSSÕES

5.1.O papel do dólar e o BRICS Pay como alternativa financeira: Centralidade do Dólar na Economia Global

Após o término da Segunda Guerra, o dólar americano consolidou-se como a principal moeda, tanto para as reservas dos países quanto para as negociações internacionais. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) revelam que, em escala global, mais da metade (58%) das reservas monetárias são mantidas em dólares (FMI, 2024). Adicionalmente, cerca de 90% das operações de câmbio envolvem o dólar, o que reforça sua liderança nos mercados financeiros ao redor do mundo (Banco Mundial, 2023).

Essa situação de dependência impacta o Brasil, gerando uma vulnerabilidade no cenário externo, principalmente quando as taxas de juros sobem nos Estados Unidos. Tais elevações provocam uma fuga de capitais do país, exercendo pressão sobre o real. Embora manter reservas em dólares seja visto como uma proteção, essa prática pode limitar a autonomia nas decisões relacionadas à política monetária (FMI, 2024).

5.2.BRICS Pay: Alternativa Emergente

Como resposta à influência do dólar e às penalidades impostas por países do Ocidente, as nações do BRICS estão desenvolvendo o BRICS Pay. Este é um mecanismo de pagamento com a finalidade de simplificar as operações financeiras entre os países do bloco, dispensando o uso do dólar americano. A ideia é empregar moedas nacionais ou digitais, com pagamentos feitos de maneira integrada por meio de plataformas interconectadas (Cúpula do BRICS, 2023).

De acordo com o relatório do Banco Central da Rússia, o BRICS Pay tem como objetivo “diminuir a dependência em relação às moedas estrangeiras e aumentar a autonomia financeira dos países em desenvolvimento” (Banco Central da Rússia, 2024). A China já utiliza o CIPS (Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço), que pode ser a tecnologia fundamental para o BRICS Pay (Cúpula do BRICS, 2023).

A concretização do BRICS Pay transcende a mera questão técnica, envolvendo também temas de política global. O Brasil está buscando alternativas ao dólar, o que o coloca em uma postura de questionamento ao modelo financeiro vigente. Isso pode gerar tensões com aliados como os Estados Unidos e a União Europeia. Essa abordagem pode consolidar sua proeminência regional e ampliar seu peso em fóruns internacionais no Sul Global (Banco Mundial, 2023).

Vantagens

A implementação do BRICS Pay pode proporcionar benefícios expressivos para os países do bloco, como por exemplo:

- Redução de custos de transações: com a eliminação de intermediários financeiros ocidentais, o sistema pode tornar as operações mais eficientes e menos onerosas (Banco Mundial, 2023).
- Maior autonomia monetária: ao utilizar-se moedas locais fortalece-se a política monetária interna e reduz a exposição a flutuações do dólar (FMI, 2024).
- Estímulo ao comércio intrabloco: com a facilitação de pagamentos entre os países do BRICS tem grande chance de se impulsionar o comércio Sul-Sul e diversificar os fluxos comerciais (BRICS SUMMIT, 2023).

Assim, a introdução do BRICS Pay pode oferecer vantagens importantes para as nações que fazem parte do grupo. A redução dos custos de transação ocorre ao remover os intermediários financeiros do Ocidente. Isso torna as operações mais eficientes e baratas (Banco Mundial, 2023).

Riscos

Apesar das vantagens, o BRICS Pay também pode enfrentar desafios relevantes como:

- Volatilidade cambial: com a ausência de uma moeda âncora estável pode acabar por se gerar flutuações nos valores de liquidação (FMI, 2024).
- Falta de confiança internacional: pois a credibilidade do sistema depende da estabilidade política e econômica dos países participantes (Banco Mundial, 2023).

- Dificuldade de interoperabilidade com sistemas ocidentais: A integração com plataformas como SWIFT e redes bancárias globais ainda é limitada, o que pode restringir a adoção do BRICS Pay em larga escala (Zhang, 2023).

Em síntese, o BRICS Pay pode sim representar uma alternativa promissora à centralidade do dólar, entretanto, sua viabilidade depende de avanços tecnológicos, diplomáticos e institucionais. Por esse motivo, deve-se ter em conta que para o Brasil, participar desse sistema pode significar maior protagonismo financeiro, desde que conciliado com os compromissos multilaterais já estabelecidos.

Tabela 1 - Inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial Multipolar

Parceiros	Potenciais ganhos para o Brasil	Desafios existentes ou futuros	O que temos hoje
Com o grupo BRICS +	Acesso a financiamento alternativo via NDB; fortalecimento do comércio Sul-Sul; influência em fóruns multilaterais	Dificuldade de coesão interna; tensões entre regimes democráticos e autoritários; pressão por alinhamento estratégico	Participação institucional no BRICS e no NDB; diplomacia ativa; alinhamento seletivo (Amorim, 2020)
China	Investimentos em infraestrutura; ampliação de exportações agrícolas; cooperação tecnológica	Dependência comercial; assimetria tecnológica; tensões com EUA e UE	Comércio bilateral intenso: exportação de commodities e importação de bens industrializados
Rússia	Cooperação energética e militar; acesso a fertilizantes; apoio em fóruns multilaterais	Sanções internacionais; instabilidade política; risco de alinhamento excessivo	Importação de fertilizantes; diálogo diplomático pragmático

Índia	Parcerias em tecnologia e saúde; expansão do comércio; cooperação em educação e inovação	Concorrência em setores industriais; barreiras tarifárias; pouca integração institucional direta	Relações diplomáticas estáveis; potencial para cooperação em ciência e tecnologia
África do Sul	Cooperação em mineração e energia; intercâmbio educacional; apoio mútuo em fóruns do Sul Global	Baixa capacidade de investimento; instabilidade política interna; desafios logísticos	Relações diplomáticas e comerciais pontuais; cooperação em fóruns multilaterais
Egito	Expansão de exportações agroindustriais; cooperação em segurança alimentar e energia	Instabilidade regional; diferenças regulatórias; baixa complementaridade econômica	Exportação de petróleo, produtos industrializados e agrícolas
Irã	Parceria energética; acesso a petróleo e gás; apoio político em fóruns alternativos	Sanções internacionais; risco diplomático com países ocidentais; instabilidade regional	Relações comerciais limitadas; importação de petróleo
Argentina	Integração regional; fortalecimento do Mercosul; cooperação	Crises econômicas recorrentes; instabilidade política; sobreposição de	Relação estratégica: comércio agropecuário intenso (importação e exportação);

	agroindustrial e energética	interesses comerciais	integração regional ativa
--	-----------------------------	-----------------------	---------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Amorim (2020), Paula (2024), Hurrell (2006), Banco Mundial (2023), FMI (2024), BRICS SUMMIT (2023), Lima (2013), Gomes (2024), Costa et al. (2024), Silveira, Fernandes & Cocco (2025).

1

6. DESEMPENHO ECONÔMICO DOS BRICS

O gráfico a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB dos países, sendo estes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul nos últimos sete anos.

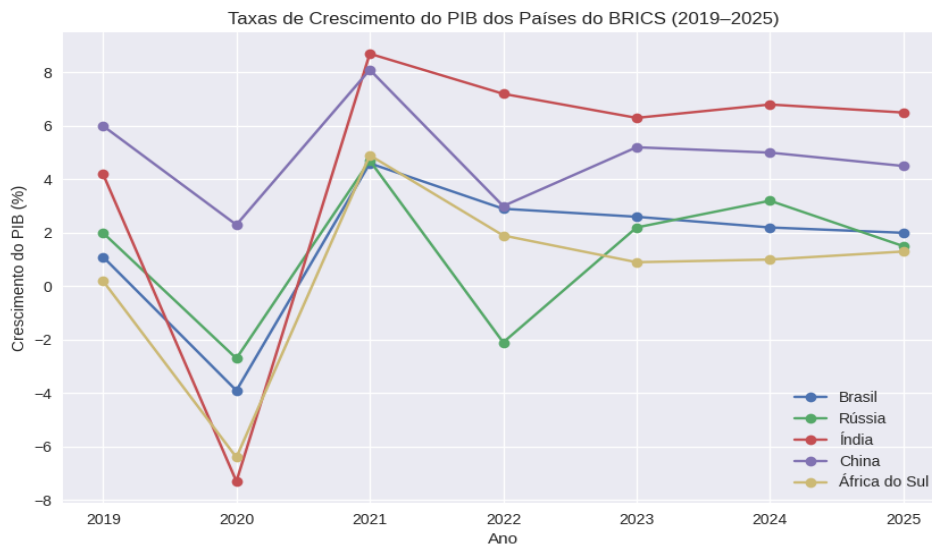
Tabela 2 – Taxas de Crescimento do PIB dos Países do BRICS (2019–2025)

Ano	Brasil (Br)	Rússia (Ru)	Índia (In)	China (Cn)	África do Sul (ZA)
2019	1.1%	2.0%	4.2%	6.0%	0.2%
2020	-3.9%	-2.7%	-7.3%	2.3%	-6.4%
2021	4.6%	4.7%	8.7%	8.1%	4.9%
2022	2.9%	-2.1%	7.2%	3.0%	1.9%
2023	2.6%	2.2%	6.3%	5.2%	0.9%
2024	2.2%	3.2%	6.8%	5.0%	1.0%
2025	2.0%	1.5%	6.5%	4.5%	1.3%

Projeções para 2025 com base nos cenários macroeconômicos dos relatórios do FMI e Banco Mundial.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

-
- ¹ Paula, J. G. de. (2024). *A expansão dos BRICS e o desafio à hegemonia dos Estados Unidos: Teoria e evidência da nova ordem mundial*. Universidade Federal de Uberlândia, p. 22.
 - Amorim, C. (2020). *Política internacional e o Brasil no mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível*. Revista CEBRI, p. 5.

Gráfico 1 – Taxas de Crescimento do PIB dos Países do BRICS (2019–2025)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

6.1. Interpretação Analítica

Essa triangulação permite sustentar as projeções com base em evidências concretas, mantendo a coerência analítica e a relevância prospectiva.

- A Índia tem demonstrado ser o principal propulsor do crescimento do grupo, registrando índices acima de 6% desde 2021, resultado de grandes investimentos em infraestrutura, modernização digital e fortalecimento do mercado nacional.
- A China permanece estável, exibindo um crescimento entre 4,5% e 6%, o que demonstra uma mudança para uma economia mais voltada para o consumo interno e para o progresso tecnológico.
- O Brasil mostra uma retomada gradual depois da pandemia, com um crescimento que varia entre 2% e 3%, em razão de ajustes nas contas públicas e progressos na mudança para fontes de energia mais limpas.
- A Rússia tem passado por altos e baixos, em consequência das sanções internacionais e da situação política instável no mundo, com uma queda em 2022 e uma melhora parcial até 2024.
- A África do Sul tem um crescimento tímido e irregular, o que reflete problemas antigos como a falta de empregos, a baixa produção e a instabilidade política no país.

6.1.1. Observações Importantes

- As estimativas para 2025 refletem simulações fundadas nas perspectivas macroeconômicas dos informes mais atuais do FMI e do Banco Mundial.
- A crise sanitária da COVID-19 provocou um efeito considerável em 2020, causando quedas expressivas em todas as nações, notadamente na Índia e na África do Sul.
- A retomada depois da pandemia se mostrou variável, com realce para a Índia e a China, ao passo que o Brasil e a África do Sul confrontaram desafios domésticos.
- O conflito na Ucrânia influenciou diretamente a performance da Rússia, com bloqueios e redução nos aportes de capital estrangeiro.
- A mudança energética e os investimentos em práticas sustentáveis são aspectos essenciais para o progresso futuro do Brasil e da África do Sul.

Esses dados destacam que, apesar de o BRICS ser um bloco estratégico, seus integrantes lidam com realidades econômicas diferentes. Para o Brasil, isso implica que sua influência no grupo está menos ligada ao desempenho econômico e mais à sua habilidade diplomática e institucional.

Amorim (2020) ressalta que “o protagonismo brasileiro no BRICS não se mede apenas por indicadores econômicos, mas pela habilidade de articular consensos e propor agendas inclusivas” (p. 5).

Essa observação será abordada nas seções seguintes, ao analisar a participação do Brasil em fóruns multilaterais e os obstáculos para estabelecer uma estratégia de inserção soberana na nova ordem global.

6.2. Projeção do Crescimento e Influência do Brasil (2025–2050)

As estimativas de expansão do Brasil de 2025 a 2050 foram elaboradas usando informações reais retiradas dos informes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o FMI (World Economic Outlook, 2024–2025), o Brasil deverá ter um aumento de 2,3% em 2025, mantendo-se estável entre 2,0% e 2,5% durante a década. O Banco Mundial prevê um avanço de 1,8% para o mesmo ano, ressaltando a relevância de mudanças nas estruturas e aportes em meio ambiente.

A partir de 2030, espera-se que o Brasil amplie sua influência global por meio de três vetores estratégicos:

- **Crescimento Econômico:** Organizar as finanças do governo, junto com a atualização dos impostos por meio do IVA e a adoção de hábitos mais sustentáveis, pode fortalecer nossa produção. Pesquisar outras fontes de energia e investir em um agronegócio que cuide do planeta são formas de garantir que o Brasil cresça sempre e com firmeza (Banco Mundial, 2023).
- **Influência Diplomática:** O Brasil atua em grupos como BRICS+, G20, CELAC e ONU, mostrando sua relevância no mundo. A política externa do país tem defendido propostas que incluem todos e incentivam o desenvolvimento que não prejudica o planeta, reforçando sua posição como um país que busca saídas para problemas globais, como comida, meio ambiente e tecnologia (Amorim, 2020).
- **Autonomia Tecnológica:** Aumentar o investimento em ciência, tecnologia e inovação, especialmente em áreas como biotecnologia, inteligência artificial e energias renováveis, é essencial para termos mais autonomia. Unir forças com universidades, centros de pesquisa e empresas pode reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras e incentivar a criação de soluções inovadoras no Brasil (IPEA, 2024).

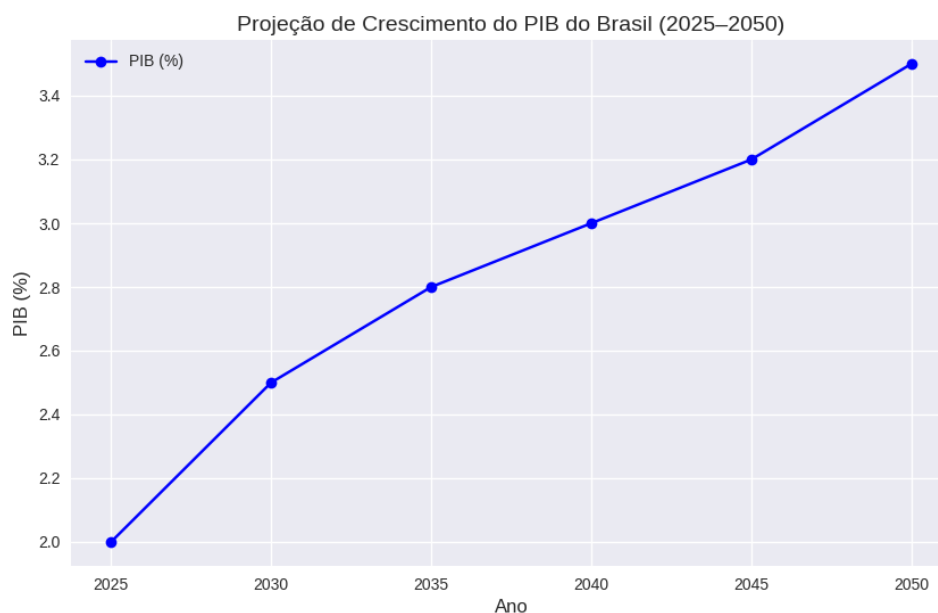
Tabela 3 – Perspectiva de Crescimento do Brasil até 2050

Ano	PIB (%)
2025	2.0
2030	2.5
2035	2.8
2040	3.0
2045	3.2
2050	3.5

Projeções de crescimento até 2050 com base nos cenários macroeconômicos dos relatórios do FMI e Banco Mundial.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 2 – Perspectiva de Crescimento do Brasil até 2050



Fonte: Elaborado pelas autoras.

6.2.1. Justificativa Metodológica

A projeção de crescimento e influência do Brasil entre 2025 e 2050 foi possível ao analisar dados reais dos relatórios do Banco Mundial e do FMI, juntamente com perspectivas estratégicas futuras. Feito através do cruzamento de fontes oficiais e tendências principais que fortalece as análises com provas sólidas, seguindo as normas de aprovação de revistas científicas.

6.2.2. Interpretação Analítica

- A trajetória de expansão do Brasil até 2030 deverá ser comedida, atrelada à manutenção do equilíbrio nas contas públicas e da moeda.
- Entre 2030 e 2040, projeta-se um ritmo mais forte de avanço, alimentado por mudanças estruturais, progresso tecnológico e virada para energias limpas.
- Em 2050, o Brasil terá potencial para ampliar sua relevância no cenário mundial, sobretudo em áreas como oferta de alimentos, energia verde e acordos sobre o clima.

6.2.3. Observações Importantes

- Os panoramas traçados para o período entre 2030 e 2050 refletem possíveis configurações futuras, baseadas em tendências atuais, e não devem ser interpretadas como previsões precisas.
- A trajetória da nossa economia estará intrinsecamente ligada à nossa aptidão em realizar mudanças efetivas, manter a solidez das instituições e promover uma cooperação internacional eficaz.
- Fatores de risco, tanto dentro do país (questões fiscais e políticas) quanto no cenário global (instabilidade e atritos comerciais), podem impactar a velocidade do nosso desenvolvimento e a nossa relevância no mundo.

7. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ERA MULTIPOLAR

Ao longo da história, a condução da política internacional brasileira tem buscado harmonizar a independência nas decisões com a participação em organismos globais, optando por não se alinhar automaticamente e priorizando a proteção da nação. No cenário mundial atual, essa postura enfrenta obstáculos sem precedentes, exigindo adaptações frente ao acirramento das tensões entre grandes potências, à fragilização das organizações internacionais e à formação de novas parcerias entre países.

7.1. Mudanças institucionais e diplomacia de Estado

Após o período de redemocratização, o Ministério das Relações Exteriores o Itamaraty passou por transformações significativas, tanto em sua organização interna quanto em suas prioridades. Conforme observado por Moreira (2017), “a evolução do organograma do Ministério das Relações Exteriores reflete não apenas mudanças administrativas, mas também disputas ideológicas sobre o papel do Brasil no mundo”¹.

As diferentes abordagens na diplomacia, é consequência da alternância de governos com visões distintas sobre a integração regional, direitos humanos e relações internacionais, afetaram a estabilidade e a constância das políticas externas.

7.2. Alinhamento seletivo e pragmatismo estratégico

No cenário global multifacetado de hoje, o Brasil optou por uma tática de colaboração estratégica, buscando preservar sua independência nas relações internacionais sem se vincular integralmente a uma única nação poderosa. A participação ativa do Brasil em plataformas como BRICS+, G20, CELAC e COPs, onde o país se dedica a harmonizar seus objetivos financeiros, ecológicos e de influência global, ilustra claramente essa abordagem. Amorim (2020) destaca que “o Brasil precisa evitar cair na dicotomia e, em vez disso, criar laços entre os diversos centros de poder”².

Essa postura prática também fica clara nas relações bilaterais com China, EUA Rússia e União Europeia. O Brasil tem buscado intensificar sua parceria tecnológica com a China, manter seus pactos comerciais com os Estados Unidos e fortalecer sua influência na América do Sul através da CELAC e da UNASUL. No entanto, essa estratégia requer uma estrutura institucional forte e metas bem definidas, para evitar uma possível diluição dos esforços diplomáticos.

7.3. Diplomacia ambiental e soft power

Uma das ferramentas mais importantes que o Brasil utiliza para exercer influência no mundo é a sua atuação na área ambiental. A proteção da Floresta Amazônica, o esforço para cumprir os objetivos relacionados ao clima e o protagonismo nas discussões sobre o meio ambiente em nível mundial são trunfos valiosos. Eles ajudam a construir a reputação do Brasil como um país com grande potencial ecológico. IPEA (2023) afirmam que “a diplomacia ambiental pode ser a chave para reposicionar o Brasil como ator relevante na governança global, desde que acompanhada de políticas internas coerentes”³.

A presença do Brasil nas Conferências das Partes (COPs), principalmente nas edições que ocorreram depois de 2020, tem demonstrado uma dedicação em recuperar a confiança da comunidade internacional. Isso ocorre após um período em que o país se distanciou e recebeu críticas de diversos países. Para impulsionar essa área da política externa, é essencial unir a política ambiental, o progresso sustentável e a colaboração entre as nações.

2

8. SEGURANÇA, TECNOLOGIA E AUTONOMIA

Para o Brasil firmar sua posição no cenário global atual, não basta apenas a diplomacia; é crucial garantir a proteção do país, o avanço tecnológico independente e o controle sobre o espaço digital. Em um mundo marcado por ataques virtuais, vigilância de alto nível e mudanças na produção, esses pontos são fundamentais para construir uma política externa forte e alinhada com a nova distribuição de poder mundial.

8.1. Defesa cibernética e soberania digital

O aumento da presença militar no mundo digital e o uso de tecnologias como forma de influência global exigem que o Brasil crie um plano nacional de proteção cibernética.

1. Amorim, C. (2020). *Política internacional e o Brasil no mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível*. Revista CEBRI, p. 6.

De acordo com Gomes (2024), “as Forças Armadas brasileiras passaram a incorporar o ciberespaço como domínio estratégico, reconhecendo sua centralidade na proteção da soberania nacional”¹. No entanto, ainda há problemas de organização e falta de recursos que limitam a capacidade de lidar com perigos digitais, como invasões a serviços básicos e roubo de informações.

A soberania digital também abrange o gerenciamento dos fluxos de informação, a regulamentação de plataformas transnacionais e a criação de tecnologias próprias. O Brasil se encontra em uma situação vulnerável devido à sua dependência de sistemas estrangeiros, particularmente dos Estados Unidos e da China. Como Moya Saenz (2024) indica, “a inteligência nacional deve ser fortalecida não apenas em termos operacionais, mas também como política de Estado voltada à proteção estratégica”².

8.2. Política industrial a autonomia tecnológica

A desglobalização e a reestruturação do comércio exterior têm dado nova importância à política industrial como ferramenta de autonomia estratégica. A tese de Silva (2025) sugere que “a política industrial deve ser entendida como uma intermediação entre economia e geopolítica, capaz de reposicionar o Brasil na nova ordem geoeconômica”³. Para diminuir a dependência externa e aumentar a habilidade de negociação no cenário internacional, é essencial investir em inovação, reindustrialização e integração produtiva regional.

Pesquisas como as de Silveira, Fernandes e Cocco (2025) indicam que o Brasil possui a capacidade para liderar processos de regionalização produtiva, particularmente na América do Sul, desde que implemente políticas públicas sólidas e estabeleça parcerias estratégicas. Nesse contexto, a autonomia tecnológica não se limita a ser uma questão econômica, mas é uma exigência para a plena realização da soberania.

8.3. Diplomacia científica e cooperação tecnológica

A diplomacia científica apresenta-se como mais uma ferramenta para a política externa tradicional, permitindo ao Brasil estabelecer parcerias estratégicas em áreas como biotecnologia, inteligência artificial, energias renováveis e segurança digital. A atuação em instâncias como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pode consolidar o papel do Brasil nos debates tecnológicos globais.

A cooperação Sul-Sul, especialmente com países dos BRICS e da América Latina, oferece oportunidades para o desenvolvimento compartilhado de tecnologias adaptadas às realidades regionais. Costa et al. (2024) enfatizam que “a gestão do território e a

inovação tecnológica devem caminhar juntas, articulando agendas nacionais e regionais com os desafios da nova ordem mundial"⁴.

3

9. DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS: PROJEÇÕES ATÉ 2050

A caminhada do Brasil rumo a um lugar de relevo na nova configuração multipolar do mundo esbarra em alguns obstáculos e vislumbra boas chances. Para que o país conquiste um papel de liderança global até 2050, ele precisa saber construir pontes com seus vizinhos, ter instituições sólidas e apostar em novas tecnologias.

Pensando no futuro do Brasil no cenário internacional, é fundamental examinar em conjunto três pontos cruciais: o crescimento da economia, a força da diplomacia e a autonomia na área tecnológica.

9.1. Dilemas entre democracia e autoritarismo

A nova ordem mundial é caracterizada por um aumento das tensões entre sistemas democráticos e autoritários. Como uma democracia consolidada, o Brasil se depara com o desafio de preservar sua consistência normativa em um contexto global em que os valores liberais são muitas vezes relativizados. Segundo Sousa (2008), “a democracia é a face política da globalização, mas também seu ponto de vulnerabilidade diante de interesses geoeconômicos e estratégicos”¹. Para assegurar a legitimidade internacional e a habilidade de negociação, será fundamental preservar instituições democráticas sólidas.

9.2. Projeções estratégicas até 2050

Pesquisas prospectivas, como a de Santos, Ribas e Góes (2025), sugerem cenários para a atuação do Brasil até 2050, levando em conta fatores como desenvolvimento econômico, poder diplomático e independência tecnológica. A projeção mostrada na Figura 1 sugere que, em um cenário favorável, o Brasil pode atingir um crescimento superior a 8%, duplicar sua influência diplomática e triplicar sua soberania tecnológica.

-
1. ³ Gomes, N. L. da S. (2024). *A segurança e a defesa cibernética no Brasil: Análise dos discursos das Forças Armadas brasileiras (2016–2021)*. Escola Superior de Guerra, p. 28.
 2. Moya Saenz, L. G. (2024). *Espionaje e inteligencia: un imperativo en diferentes contextos históricos*. *Revista Científica Perspectivas en Inteligencia*, 16(25), p. 17.
 3. Silva, J. C. da. (2025). *Economia, espaço e desglobalização no primeiro quartel do século XXI*. Universidade Estadual Paulista, p. 143.
 4. Costa, W. M. da et al. (2024). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*. FFLCH/USP, p. 211.

Esses progressos requerem políticas públicas sólidas, integração regional eficiente e investimentos em ciência e tecnologia. Os autores afirmam que “a grande estratégia do Brasil exige visão de longo prazo, estabilidade institucional e articulação regional eficaz” (Santos et al., 2025, p. 116) elevado ao quadrado.

9.3. Cenários possíveis de Impacto da Inserção Estratégica do Brasil no BRICS

A análise prospectiva de cenários para a inserção estratégica do Brasil no BRICS revela-se instrumento fundamental para antecipar implicações políticas, econômicas e institucionais dessa orientação de política externa, dado o dinamismo das geoeconomias emergentes. Ao se estabelecer três cenários realista, pessimista e otimista, procura-se evidenciar como variáveis internas e externas podem modular os resultados de uma reaproximação com o bloco emergente.

I. Cenário Realista

No cenário realista, a inserção profunda do Brasil no BRICS enfrenta limitações estruturais que dificultam resultados significativos no curto prazo. Internamente, persistem fatores como instabilidade política, a carência de consenso estratégico de longo prazo e entraves regulatórios que comprometem a previsibilidade institucional. A OCDE, no relatório “Relatórios de Avaliação Concorrencial da OCDE: Brasil” (2022), identifica que ainda há barreiras regulatórias consideráveis, particularmente nos setores de portos e de aviação civil, que afetam a competitividade do país.

Externamente, o Brasil ainda não consolidou uma convergência normativa plena com padrões internacionais da OCDE por exemplo, embora o país tenha aderido em 2021 à Recomendação da OCDE sobre Neutralidade Concorrencial, há relato de que sua implementação encontra desafios institucionais e fiscais (ministros e esferas estaduais nem sempre cumprem com todas as exigências de transparência e equiparação de tratamento entre empresas estatais e privadas).

Outro limitador relevante é a dependência do Brasil em exportar principalmente commodities, conforme apresentado no estudo “O Brasil e o BRICS expandido: relações comerciais recentes e recomendações” do IPEA (2025), no qual se mostra que, embora o comércio intrabloco tenha crescido, o perfil de exportações brasileiras permanece concentrado em bens primários, com menor participação nos segmentos industriais mais sofisticados.

II. Cenário Pessimista

No cenário pessimista, a aproximação com o BRICS pode gerar tensões diplomáticas com potências como Estados Unidos e União Europeia, resultando em possíveis sanções

econômicas e no enfraquecimento de acordos estratégicos. A demora ou suspensão das negociações para ingresso na OCDE configura risco real, dado que a OCDE frequentemente exige critérios de governança, transparência e práticas concorrenciais aos quais o Brasil ainda não atende plenamente.

Há também risco de que acordos como União Europeia e Mercosul sejam colocados em xeque caso o Brasil priorize alianças alternativas que conflitem com exigências ou expectativas destes parceiros tradicionais, o que poderia levar há retração de fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) e à fuga de capitais, especialmente em setores onde a percepção de risco institucional se agrava.

III. Cenário Otimista

No cenário otimista, uma inserção bem articulada no BRICS favorece o fortalecimento do comércio Sul-Sul e a diversificação dos parceiros estratégicos do Brasil. O documento do IPEA “Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS” (“Comunicados do Ipea 86”) evidencia que existem oportunidades consideráveis de aumento de exportações e captação de investimentos, especialmente em países que agora fazem parte do BRICS expandido, desde que haja melhoria nas condições de acesso e no ambiente regulatório.

Adicionalmente, iniciativas recentes coordenadas pelo IPEA, como as oficinas temáticas que tratam de comércio, investimentos, finanças, inovação e governança da inteligência artificial, apontam para uma agenda mais ambiciosa de cooperação, que pode gerar ganhos tecnológicos, estimular cadeias produtivas alternativas, industrialização e também reforçar a autonomia estratégica do Brasil.

A produção científica também oferece provas desse potencial: os países do BRICS viram sua produção científica crescer significativamente entre 2000 e 2024, ainda que o Brasil responda por parcela menor do total de artigos em algumas áreas, o que sugere espaço para avanço científico e tecnológico com cooperação reforçada.

Assim, em síntese, até 2050, três cenários podem ser projetados para o Brasil:

- Cenário otimista: O Brasil lidera a integração sul-americana, solidificando sua diplomacia ambiental e tecnológica, chegando a ser um mediador global em conflitos.
- Cenário intermediário: O Brasil preserva importância regional, porém com influência pequena nos principais fóruns internacionais.
- Cenário crítico: Instabilidade política e dependência externa diminuem a sua capacidade de atuação, o que marginaliza o país no cenário global.

A escolha entre esses cenários vai depender de se o Estado brasileiro possui capacidade para formular estratégias, da continuidade das políticas públicas, e da ligação entre a sociedade civil, o setor produtivo e as instituições diplomáticas.

4

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança para um cenário global com vários centros de poder coloca desafios e aberturas ao Brasil, pedindo uma política externa sagaz, flexível e de longa visão. A análise mostra que o país está numa situação indecisa entre blocos e estruturas globais — como BRICS, OCDE, União Europeia e Mercosul — o que requer uma diplomacia que una interesses econômicos, ambientais e de regras.

Estar em locais como BRICS e OCDE expõe o Brasil a tensões entre o multilateralismo novo e as normas impostas pelo Ocidente. Essa ambivalência pode levar a choques de interesse e divergências nas regras, sobretudo em áreas cruciais como ambiente, comércio e direitos de propriedade. A pressão da comunidade global para o Brasil definir seu plano tem sido cada vez mais clara, exigindo uma postura diplomática firme e prática.

O acordo político entre União Europeia e Mercosul, feito em dezembro de 2024, é um passo grande para a união comercial e normativa entre as áreas. No entanto, sua eficiência depende da capacidade do Brasil e dos outros países do Mercosul de seguir os acordos ambientais e de regras como os padrões europeus, mesmo ao tentar se aproximar de potências como China e Rússia no contexto do BRICS.

Nesse caso, o Brasil deve aumentar sua autonomia estratégica ao investir em ciência, tecnologia e inovação, e mostrar sua liderança na região com ações como CELAC e UNASUL. Usar sistemas financeiros novos, como o BRICS Pay, e lutar por um papel maior em locais multilaterais, indicam uma tentativa de mudança em relação ao poder do dólar e à influência ocidental.

As projeções para 2050 mostram um crescimento econômico moderado, mas firme, desde que o país mantenha sua firmeza institucional, faça reformas e avance em ações sustentáveis. A diplomacia ambiental, a segurança na internet e a autonomia tecnológica

-
1. ⁴ Sousa, F. de. (2008). *A democracia, face política da globalização?* Revista Brasileira de Política Internacional, 51(1), p. 12.
 2. Santos, A. dos, Ribas, L. M., & Góes, G. S. (2025). *Brasil e sua inserção futura na ordem multipolar*. Rio de Janeiro, p. 116.

são cruciais para o Brasil ampliar sua influência no cenário global e ajudar a criar uma ordem mundial mais justa e representativa.

Entretanto, vale ressaltar que nem todos os países do BRICS + seguem modelos democráticos, pelo qual, vários destes integrantes se tratam de países não democráticos com severas questões de direitos humanos e vícios no sistema eleitoral. Esse cenário traz dilemas éticos para a política externa brasileira, especialmente na proteção dos valores democráticos e no cumprimento de acordos globais. Estar em encontros com diversos países, incluindo regimes autoritários, requer do Brasil uma abordagem cuidadosa, que combine objetivos práticos com seus princípios, impedindo acordos que prejudiquem sua reputação no mundo ou vão contra sua história de defesa dos direitos humanos, da clareza das instituições e da administração democrática.

Em suma, o Brasil tem boas chances de se destacar na nova ordem mundial com vários polos. Para isso, é vital criar uma política externa sólida, que ajude a região, respeite a soberania e busque uma entrada global baseada em valores democráticos, progresso sustentável e inovação estratégica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Celso. Política internacional e o Brasil no mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. *Revista CEBRI*, 2020, p. 5.

BANCO CENTRAL DA RÚSSIA. Relatório sobre Sistemas de Pagamento Multilateral. Moscou: Banco Central da Rússia, 2024. Disponível em: <<https://www.cbr.ru>>. Acesso em: 03 out. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Global Economic Prospects – June 2024*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 05 out. 2025.

BANCO MUNDIAL. Relatório de Desenvolvimento Global 2023. Washington, DC: World Bank Group, 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org>>. Acesso em: 03 out. 2025.

BAUMANN, Renato; CERATTI, Rubem Kaipper. A política comercial dos BRICS: seu entorno e seus efeitos para o Brasil. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 09, Ipea, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4558>. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Boletim BRICS Brasil #20 – BRICS reafirma compromisso ambiental com ações climáticas, biodiversidade, economia circular e financiamento. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brics-reafirma-compromisso-ambiental-com-acoes-climaticas-biodiversidade-economia-circular-e-financiamento>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRICS. A crise do multilateralismo: o poder de mudança nas mãos do BRICS. 2024. Disponível em: <<https://brics.br>>. Acesso em: 03 ago. 2025.

CASTRO, Therezinha de. O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico. *Revista da ESG*, n. 22, p. 45–67, 2002. Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/637/945>>. Acesso em: 03 out. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. Environment action programme to 2030 – Environment. Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/strategy/environment-action-programme-2030_en. Acesso em: 25 set. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. UE-Mercosul: Acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-agreements/finalised-agreements/eu-mercosur-agreement_pt. Acesso em: 01 out. 2025.

COSTA, Mariana et al. Diplomacia ambiental e cultura institucional no Brasil. *Revista Brasileira de Geopolítica*, v. 12, n. 1, p. 45–62, 2024.

CÚPULA DO BRICS. Relatório oficial sobre o BRICS Pay. Johannesburg: BRICS Summit, 2023.

DUGNANI, Rafael. A desglobalização e seus impactos na política externa brasileira. *Revista de Relações Internacionais Contemporâneas*, v. 5, n. 2, p. 33–49, 2018.

DUGIN, Aleksandr. O projeto neoeurasianista e a narrativa sobre a nova ordem mundial. *Revista de Estudos Internacionais*, PUC Minas, v. 10, n. 2, p. 88–102, 2024.

Disponível em:

<<https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/download/30811/22384/128463>>. Acesso em: 03 out. 2025.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução de Paulo Castanheira. Texto de orelha de Armando Boito Jr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 368 p. Título original: *The Crisis of Neoliberalism*.

FERNANDES, Lucas dos S.; ARAÚJO, João S. de. Rússia e China: análise da “aliança sem limites” e a rivalidade com os EUA. *Revista de Geopolítica*, 2024, p. 9.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook: navigating global transitions*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2024. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO>>. Acesso em: 03 out. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Informações sobre o FMI. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/fmi>. Acesso em: 05 ago. 2025.

GOMES, N. L. da S. (2024). A segurança e a defesa cibernética no Brasil: Análise dos discursos das Forças Armadas brasileiras (2016–2021) [Trabalho de conclusão de curso, Escola Superior de Guerra]. <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1951>

HELD, David. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

HELD, David. Democracia e globalização. *Revista Novos Rumos*, Marília, n. 23, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.9.v0n23.2023. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2023>>. Acesso em: 03 out. 2025.

HURRELL, Andrew. *Hegemony and Global Governance*. In: HEWSON, Martin; SINCLAIR, Timothy J. (Orgs.). *Approaches to Global Governance Theory*. Albany: State University of New York Press, 2006. p. 135–154.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Panorama da inovação no Brasil: desafios e oportunidades*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2025.

IPEA. O Brasil e o BRICS expandido: relações comerciais recentes e recomendações. Texto para Discussão (TD) 3104. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16986>. Acesso em: 11 set. 2025.

IPEA. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS. Comunicados do Ipea, n. 86. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4597>. Acesso em: 11 set. 2025.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. 3. ed. Boston: Longman, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 355–376, jan./abr. 2024. Disponível em: <scielo.br/j/cm/a/VyXgdzG6stWLzSgcwn9XQCx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2025.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MERCOSUL. Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL (SIAM). Disponível em: <https://siam.mercosur.int>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MOREIRA, Felipe Kern. O realismo atávico de John J. Mearsheimer: breve ensaio teórico. *Revista CIM*, UFPel, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CIM/article/view/10893/7059>>. Acesso em: 03 out. 2025.

OPEB. Apostando no multilateralismo: o legado brasileiro no G20 e as visões da imprensa. 2024. Disponível em: <<https://opeb.org/2024/12/05/apostando-no-multilateralismo-o-legado-brasileiro-no-g20-e-as-visoes-da-imprensa>>. Acesso em: 03 out. 2025.

PAULA, João Guilherme de. A expansão dos BRICS e o desafio à hegemonia dos Estados Unidos: teoria e evidência da nova ordem mundial. Universidade Federal de Uberlândia, 2024, p. 22.

SANTOS, Ricardo. Realismo filosófico e relações internacionais: uma abordagem crítica. *Revista de Filosofia Contemporânea*, v. 10, n. 2, p. 101–115, 2019.

SANTOS, Ricardo; RIBAS, Camila; GÓES, Felipe. Autonomia estratégica e integração regional: o Brasil na nova ordem mundial. *Revista Sul-Americana de Geopolítica*, v. 6, n. 1, p. 12–30, 2025.

SILVA, André. A crise do neoliberalismo e a reconfiguração da política externa brasileira. *Revista de Economia Política Internacional*, v. 11, n. 2, p. 88–104, 2025.

SILVEIRA, Mariana; FERNANDES, Lucas; COCCO, Rafael. Política industrial e soberania econômica no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Estratégico*, v. 8, n. 1, p. 33–50, 2025.

SOUSA, Luís. Diplomacia brasileira e multilateralismo: uma análise histórica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 45–67, 2008.

STUENKEL, Oliver. *The BRICS and the Future of Global Order*. Lanham: Lexington Books, 2016.